

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS

**O Desenvolvimento do Cooperativismo e sua inserção no Brasil:
O Caso da Unimed .**

Paula Teixeira do Couto

**Três Rios, RJ.
2010**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS

O Desenvolvimento do Cooperativismo e sua inserção no Brasil:
O Caso da Unimed .

PAULA TEIXEIRA COUTO

Sob a Orientação da Professora
Diná Andrade Lima Ramos

Monografia submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel** no curso de Ciências Econômicas da UFRRJ, Instituto de Três Rios/Departamento de Ciências Econômicas e Exatas.

Três Rios, RJ.
2010

Agradeço primeiramente a Deus que me deu força e perseverança pra chegar até aqui.

Agradeço aos meus pais Zenar e Adão, irmãos e familiares pelo apoio e compreensão.

Agradeço a minha orientadora e aos professores que me ajudaram nessa longa caminhada pelo conhecimento.

Agradeço as minhas amigas pelos momentos de companheirismo e troca de conhecimento.

RESUMO

O cooperativismo surgiu na Inglaterra 1844, com intuito de melhorar a vida dos trabalhadores e, no Brasil, em 1880, foi implantado com o mesmo fim, buscando proporcionar melhor qualidade de vida e benefícios. Foi então que, baseada nas premissas e princípios de uma cooperativa que a UNIMED, até então um ideal formado por um grupo de médicos do Estado de São Paulo, que entendia a necessidade de se estabelecer um novo projeto de recursos à saúde do país, resolveu expandir seus ideais e fundou a cooperativa em prol da saúde. O objetivo desta pesquisa é estudar o desenvolvimento da maior cooperativa médica do Brasil. Os objetivos específicos são: apresentar a história do cooperativismo no mundo e no Brasil, abordar os aspectos legais para a implantação e funcionamento de uma cooperativa, entender o desenvolvimento da UNIMED, suas diretrizes e princípios e ações sob os fundamentos do cooperativismo. A Metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica em livros e paginas da internet. O Sistema Unimed é formado Complexo empresarial do qual fazem parte empresas cooperativas e não cooperativas que foram criadas para dar suporte a Unimed.

FIGURA

Figura 1: Número de Unimeds distribuídas pelo País.....	31
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCOOP – Associação Brasileira de Cooperativas

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

AGE – Assembléia Geral Extraordinária

AGO – Assembléia Geral Ordinária

CEU – Centro de Estudos Unimed

CIU – Comissão Institucional Unimed

FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

UNASCO – União Nacional das Associações Cooperativistas

SUMÁRIO

RESUMO.....	IV
FIGURA.....	V
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	V
1 INTRODUÇÃO.....	8
2 A ORIGEM E A FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO.....	9
2.1 A História do Cooperativismo.....	9
2.2 Os Principais Idealistas do Cooperativismo.....	10
2.3 Movimentos Precusores.....	12
2.4 Formação de uma Cooperativa.....	13
2.5 Princípios Básicos do Cooperativismo.....	17
3 O COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	19
3.1 O Surgimento do Cooperativismo no Brasil.....	19
3.2 O Cooperativismo e sua Evolução no Legislativo.....	20
3.3 Cooperativismo Brasileiro e seus Princípios Cooperativistas.....	22
4 UNIMED: UMA COOPERATIVA EM PROL DA SAÚDE.....	24
4.1 Como Surgiu a UNIMED.....	24
4.2 Estrutura Organizacional da UNIMED.....	30
4.3 O Complexo UNIMED.....	31
4.4 O Sistema do Cooperativismo no Complexo.....	34
4.4.1 O Sistema UNIMED.....	34
4.4.2 O Sistema UNICRED.....	34
4.4.3 AS USIMEDS.....	35
4.5 O SISTEMA EMPRESARIAL.....	35

4.5.1	UNIMED Participações LTDA.....	36
4.5.2	UNIMED Seguradora S.A.....	37
4.5.3	UNIMED Administração e Serviços LTDA.....	38
4.5.4	UNIMED Corretora de Seguros LTDA.....	38
4.5.5.	Fundação Centro de Estudos UNIMED (CEU).....	38
5	CONCLUSÃO.....	40
	BIBLIOGRAFIA.....	41

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico terá como objetivo principal estudar o desenvolvimento da maior cooperativa médica do Brasil. Para responder a esta pergunta maior, serão abordados os seguintes objetivos específicos são: apresentar a história do cooperativismo no mundo e no Brasil, abordar os aspectos legais para a implantação e funcionamento de uma cooperativa, entender o desenvolvimento do Sistema UNIMED, suas diretrizes e princípios e ações sob os fundamentos do cooperativismo.

O estudo da maior cooperativa médica do Brasil é de relevância significativa porque representa uma forma bem sucedida de que a união faz com que, células que são totalmente independentes, e que não possuem qualquer expressão, mas quando unidas tornam-se competitivas.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, optaremos pela pesquisa bibliográfica, pois esta procura explicar o problema a partir de referências teóricas publicadas, buscando conhecer e analisar as contribuições científicas sobre o tema.

O segundo capítulo visa abordar os fatos históricos que fundamentaram o movimento cooperativista no mundo. Será abordada a filosofia, os valores do cooperativismo e os principais pensadores do tema. A compreensão dos fundamentos históricos e filosóficos do cooperativismo se faz necessário para sua melhor compreensão e avaliação do cooperativismo moderno, para a utilização de seus princípios universais pelas cooperativas.

O terceiro capítulo enfatiza a temática do cooperativismo no Brasil, os aspectos históricos e ideológicos da inserção desta nova estratégia de ação. O seu desenvolvimento, considerando os diversos momentos econômicos.

Aborda também, os princípios a serem seguidos, como funciona legalmente uma cooperativa e quais benefícios os cooperados podem obter.

O quarto e último capítulo, faz referência ao pioneirismo da criação da primeira cooperativa médica no Brasil, como se formou, seus ideais, seu crescimento e como se tornou líder no mercado de Assistência Médica Suplementar.

2 A ORIGEM E A FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO

2.1 A HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo surgiu no século XIX quando aconteceu a Revolução Industrial na Inglaterra. Devido a essa revolução, a mão-de-obra perdeu um grande valor em relação aos serviços prestados, pois a mecanização do processo desqualificava o trabalho, o que tendia a reduzir o salário, sem falar que não havia garantia e nem indenizações contra acidentes, levando os trabalhadores a diminuir sua produtividade. Com uma jornada de trabalho longa e salários baixíssimos, ocorreram muitas dificuldades socioeconômicas para a população. Diante desta crise surgiram pessoas da classe operária dispostas a criar associações de caráter assistencial. Mas, esta experiência não obteve resultado positivo.

Analisando essa experiência, os trabalhadores buscaram novas formas de trabalho e concluíram que, com a organização formal chamada cooperativa era possível superar muitas dificuldades e melhorar a situação dos trabalhadores. Mas, isso só seria possível desde que fossem respeitados os valores, a ética, normas e princípios de cada ser humano, pois era uma forma de ter um trabalho honesto, onde ninguém iria querer ganhar mais que o outro. Baseando-se nessas premissas os operários uniram-se uns aos outros para conjuntamente enfrentar as dificuldades do mercado de trabalho. Como diz Carneiro (1991, p. 65) “o homem tem duas coisas que ele pode trocar um com outro: o trabalho e o produto trabalho”.

Assim sendo, 28 operários, sendo 27 homens e 1 mulher do bairro de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra, decidiram fundar a cooperativa de consumo denominada “Rochdale Society Of Equitable Pioneers” (Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale). Registraram-na em 21 de dezembro de 1844, fundando um armazém comunitário com vinte e oito libras: uma libra de cada associado. Assim começava a primeira cooperativa de consumo.

Conforme afirmava o próprio Almanaque da Sociedade:

“A Sociedade cooperativa Manufatureira de Rochdale tem por objetivo assegurar a cada um de seus membros os benefícios do emprego de seu próprio capital e de seu trabalho nas manufaturas de algodão e lã, melhorando desta forma a situação doméstica e social de todos os seus membros”

Foi então que a população preocupada com a sua ida para outros lugares, em busca de trabalho e com isso melhorar suas condições de vida, começou a acreditar em novas oportunidades com o surgimento de uma nova etapa em suas vidas.

2.2 OS PRINCIPAIS IDEALISTAS DO COOPERATIVISMO

Durante muitas décadas, tanto na França como na Inglaterra, foram fundadas muitas organizações nos moldes do cooperativismo. Entre os nomes listados por Silva Neto et al. (2000), Singer (2002) e Coopercampos (2008) como precursores do cooperativismo estão: Robert Owen (1771), Inglaterra; François Marie Charles Fourier (1772-1837) - França; William King (1786-1865) - Inglaterra; Philippe Joseph Benjamin Buchez (1796-1865) - Bélgica; Sean Joseph Charfes Louiz Blanc (1822-1882) - França.

Esses movimentos eram conduzidos por idealistas como Robert Owen, Louis Blanck, Charles Fourier, Willian King, Philippe Buchez, entre outros, que defendiam propostas baseadas nas idéias de ajuda mútua e igualdade, com peculiaridades próprias como as expostas, a seguir.

Robert Owen é considerado o Pai do Cooperativismo Moderno. Ele nasceu no Condado de Montgomery na Inglaterra, em 14 de Maio de 1771. Deu início a sua carreira profissional ainda quando tinha apenas dez anos de idade. Interessou-se pela tecelagem e ainda jovem, tornou-se empresário deste ramo, chegou a administrar inúmeras indústrias (SINGER, 2004; COOPERCAMPOS, 2008).

Robert Owen se preocupava com os problemas que a sociedade enfrentava, principalmente, com a qualidade de vida dos trabalhadores, que era precária. Por esse motivo, promoveu melhorias em suas fábricas, como, por exemplo: uma

jornada de trabalho menor, a diferenciação, segundo o esforço físico para o serviço feminino e os menores de idade, menores esses que não podiam ter menos de 10 anos e a divisão dos lucros para seus empregados.

Ao notar que os outros empresários não apoiavam suas idéias acabou mudando-se para os Estados Unidos. Lá, ele tentou criar colônias baseadas na coletividade, no entanto, também não obteve sucesso, e isso fez com que ele voltasse à Europa e investisse em diferentes formas para organizar os trabalhadores, também sem êxito

Os idealistas mostraram que as propostas dos tecelões ingleses em Rochdale cresceram com outras idéias progressistas e humanistas, que culminaram com a aprovação no II Congresso das Cooperativas de Consumo, realizado em Lyon, na França, em 1886.

Este Congresso, segundo Coopercampos (2008) resultou em **Dez Virtudes** da doutrina cooperativista, que são:

“(1) Viver melhor; (2) pagar em dinheiro; (3) poupar sem sofrimento; (4) suprimir os parasitas; (5) combater o alcoolismo; (6) integração das mulheres; (7) educar economicamente o povo; (8) facilitar a todos o acesso à propriedade; (9) estabelecer o justo preço; (10) eliminar o lucro capitalista”.

Havia, ainda, entre aqueles tecelões, vários desempregados, que passaram a, enfim, trabalhar para sustentar suas famílias.

Segundo, Pinho (1982. p.32):

“No início do programa dos Pioneiros de Rochdale, se propunha a ajuda mútua entre os cooperados e se traçavam como objetivos:

- Abrir um armazém para venda de gêneros alimentícios, vestuários, etc;
- Comprar ou construir casas para os membros que desejavam ajudar-se mutuamente a fim de melhorar as condições de sua vida doméstica e social;
- Iniciar a fabricação de artigos que a sociedade julgasse conveniente para proporcionar trabalho aos membros que estivessem desempregados ou cujos salários fossem insuficientes;
- Logo que possível, a sociedade promoveria a organização da produção, da distribuição e da educação no seu próprio meio e com seus próprios recursos”.

O novo modelo econômico que se propunha gerava ceticismo, devido à prosperidade apresentada. Com o melhoramento das idéias da associação, criaram-se os princípios básicos do cooperativismo. O ponto mais inovador e surpreendente para a sociedade da época era o destino das sobras.

Nas cooperativas, as sobras têm sua destinação decidida pela assembléia dos sócios. Uma parte delas é colocada num fundo de educação (dos próprios sócios ou de pessoas que podem vir a formar cooperativas), outra é posta em fundos de investimento, que podem ser divisíveis, e o que resta é distribuído em dinheiro aos sócios por algum critério aprovado pela maioria: por igual, pelo tamanho da retirada, pela contribuição dada a cooperativa etc.(Singer, 2002 p.14).

Tais medidas tinham como finalidade uma mudança tanto social como econômica. A sociedade ajudaria outras sociedades a formar cooperativas similares, para que, com isso, se propagasse o novo modelo. A doutrina cooperativista adotada no mundo de hoje tem como parâmetro os princípios estabelecidos pelos Pioneiros de Rochdale, em 1844, e é considerado, por alguns autores, como o marco inicial do cooperativismo moderno.

2.3 MOVIMENTOS PRECURSORES

Alguns movimentos foram percussores a fundação da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale. Em diversas oportunidades os trabalhadores se revoltaram contra as condições de trabalho e de vida que burguesia impunha desde quando o desenvolvimento industrial teve início. Entre esses movimentos, dois tiveram mais influência sobre cooperativismo, foram:

O Cartismo

Movimento social inglês escolhido por trabalhadores e radicais intelectuais em torno reformas políticas. Os cartistas lutaram por medidas como:

- Sufrágio universal masculino;
- Voto secreto;
- Fim da exigência de propriedade para os candidatos a membros do Parlamento;

- Eleições anuais para o Parlamento.

O movimento cartista durou até o final do século XIX, só terminou quando todas as suas exigências foram aceitas, com exceção das eleições anuais.

O Owenismo

Movimento que influenciou confederações sindicais e cooperativas. Robert Owen buscava uma sociedade baseada na ajuda mútua e não na concorrência. O socialismo que o owenismo pretendiam demonstrar era a criação de aldeias cooperativas, oficinas e lojas, transformando, assim, o capitalismo de forma indolor, sem nenhum embate que resultasse em guerra ou revolução.

Revoltado com os maus tratos que trabalhadores sofriam, Owen decidiu melhorar as condições de vida e mostrar que isso era possível sem que houvesse prejuízo nos lucros. Assim sendo, aumentou os salários dos trabalhadores, deu-lhes melhores condições de trabalho, passou a não contratar crianças menores de 10 anos, contribuindo para diminuição do trabalho infantil, deu aos trabalhadores melhores condições de moradia, alimentos e melhorando a qualidade de vida dos mesmos.

Os owenistas elaboraram fundamentos de suas idéias:

- O trabalho é a fonte de toda riqueza e, portanto é a classe trabalhadora que cria toda a riqueza;
- Embora os trabalhadores sejam os produtores da riqueza, ao invés de serem os mais ricos, são os mais pobres, e, assim sendo, não podem receber apenas recompensas pelo seu trabalho;
- Viver em comunidade sob os princípios da cooperação mútua, da posse comum e da igualdade de direitos.

Para Thompson (1987, p. 407)

“O movimento foi responsável pela existência de diferentes intenções intelectuais dentro do “movimento cooperativista”, tais como: radicais, e os politicamente neutros aliados, artesões e trabalhadores com algum grau de qualificações os pobres que almejavam terras e os tecelões que queriam autonomia e todos que sonhavam com uma sociedade justa onde a “ajuda mútua substituíria a agressão e a concorrência”.

O Owenismo teve grande influência na formação de confederações sindicais, nas cooperativas e, principalmente, no movimento dos operários. Owen buscava um sindicato unificado com autonomia para “estabelecer direitos supremos de trabalho” e, através do associativismo, criar a ajuda mútua. As péssimas condições de vida do trabalhador industrial, junto com as greves e as prisões dos manifestantes, fez com que não fosse possível alcançar uma “revolução nos limites da razão”, conforme Owen pregava no congresso cooperativo de Londres. As greves dos trabalhadores foram duramente reprimidas tanto com prisões como sanções econômicas, o que fez com que as cooperativas sindicais fossem dissolvidas.

Segundo Engels (1985)

“O Owenismo foi a primeira das grandes doutrinas sociais a criar no imaginário popular a aceitação das máquinas da revolução industrial, pois mostrou para as massas que não era a máquina em si o motivo do lucro mas sim o controle do capital social e que a alternativa era o controle social em bases de cooperativas”.

Os movimentos que foram precursores ao Rochdale lutavam por um sonho de construir de uma nova sociedade, baseada na igualdade social, com melhores condições de vida.

2.4 FORMAÇÃO DE UMA COOPERATIVA

O cooperativismo cresceu e conquistou um lugar na economia, definido por uma nova forma econômica, no qual todos têm direitos e deveres iguais, sem discriminação de qualquer natureza. O cooperativismo é aceito por quase todos os governos, e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas sócio-econômicos.

De acordo com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), uma cooperativa surge de um acordo voluntário de colaboração empresarial – cooperação de vários indivíduos, com a finalidade principal de solucionar problemas ou satisfazer as necessidades comuns que excedem a capacidade individual. A intenção é melhorar a situação econômica individual por meio de tal colaboração.

Os indivíduos buscam satisfazer seus interesses econômicos por meio de cooperativas, quando verificam que a ação solidaria é mais vantajosa do que a ação individual dos associados como objetivo da empreitada cooperativa, não se prioriza o indivíduo em detrimento do coletivo: ambos são importantes na cooperativa (Valadares, 2005 p. 10).

Na definição de cooperativa se insere o princípio do **usuário-proprietário**: onde os indivíduos que são donos dos meios de produção e do capital financeiro. O **usuário-controlador**, onde o indivíduo é o mesmo **usuário-gestor** da cooperativa.

A autogestão é o princípio básico do cooperativismo: não há a figura do patrão, todos os cooperados participam das decisões administrativas em igualdade de condições. É de responsabilidade dos cooperados a fiscalização e gestão da cooperativa.

Existem, ainda, outros conceitos importantes à fundamentação da ideia da cooperativa, tais como os abaixo enumerados:

a) Estatuto Social:

É análogo "contrato social" das empresas. No estatuto estão contidas as regras da cooperativa, tais como os deveres e obrigações dos cooperados e os direitos na sociedade, além das regras para entradas e saídas de membros.

b) Ata de Constituição:

Nesse documento consta a fundação da cooperativa, na qual registra-se quem são os sócios fundadores e a respectiva subscrição das quotas-partes.

c) Quota-parte:

As quotas-partes são a propriedade individual (privada) de cada cooperado sobre a cooperativa. Apesar "da cooperativa" não ser propriedade privada, as quotas partes são. A cooperativa não é propriedade privada, pois não pode ser vendida nem comprada, já que as quotas partes não podem ser comercializadas a terceiros,

mas apenas aos cooperados. A lei ainda põe um limite em que um cooperado pode ter no máximo 1/3 das quotas partes da cooperativa.

d) Assembléia Geral:

Quanto à Assembléia Geral, a lei explica ser este o órgão supremo da sociedade cooperativa, dentro dos limites das leis e do estatuto da cooperativa, podendo deliberar sobre a cooperativa e os negócios desta. Suas decisões são tomadas e devem ser aceitas e seguidas por todos os sócios. Deve ser marcada com antecedência mínima de dez dias, mediante edital de convocação. A convocação será feita pelo Presidente ou por qualquer dos órgãos de administração. Tem de ter 1/5 (um quinto) dos associados em pleno exercício dos seus direitos para que seja instalada.

As decisões nas Assembléias Gerais são tomadas pela maioria de voto dos associados presentes, sendo que cada associado só terá direito a um voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes. Nas Assembléias Gerais, o quórum para que as decisões sejam acatadas tem que ser de, ao menos, 2/3 (dois terços) do número de associados em caso de primeira convocação; de metade mais um dos associados em segunda convocação; e de, no mínimo, dez associados na última convocação. Subdivide-se em dois tipos, a depender da matéria a ser discutida: extraordinária e ordinária.

e) Conselho Administrativo:

É responsável pela administração e gestão da cooperativa. É formado por cooperados eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de quatro anos e, a cada eleição, tem de ser renovado no mínimo 1/3 (um terço) dos sócios participantes.

f) Conselho Fiscal:

É responsável por toda a fiscalização minuciosa da administração da cooperativa. Composto por seis membros, eleitos anualmente pela Assembléia Geral. Aprova a prestação de contas anual, assim como assegura o cumprimento

das decisões da Assembléia Geral, orientando o Conselho de Administração e a Diretoria nos procedimentos corretos a seguir.

i) Sobra:

É o capital excedente no final do exercício do ano fiscal. Quando esse resultado for negativo e houver perdas, o Conselho Fiscal analisa o balanço anual e encaminha este para aprovação perante a Assembléia Geral Ordinária, onde o rateio deverá seguir o que está estabelecido no Estatuto Social.

ii) FATES e Fundo de Reserva:

Nas cooperativas, esses dois fundos são obrigatórios: o Fundo de Reserva recebem 10% das sobras líquidas do exercício social, e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades.

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto, aos empregados da cooperativa, que recebe 5% das mesmas sobras líquidas. Esses fundos são chamados de indivisíveis, pois pertencem à cooperativa, não aos cooperados.

2.5. Princípios Básicos do Cooperativismo

Em 1995, a ACI (Aliança Corporativa Internacional) realizou um congresso comemorativo pelo centenário do cooperativismo, e ficaram estabelecidos os seguintes conceitos e princípios. Note-se que não se diferenciam por demais daqueles criados há mais de uma centena de anos pelos Pioneiros de Rochdale.

a. Adesão voluntária e livre

As cooperativas são, por essência, organizações voluntárias e de adesão livre, abertas a pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como cooperado, coibindo-se, aí, as distinções de sexo, classe social, raciais, políticas e religiosas.

b. Gestão democrática

Os cooperados se reúnem em assembléia de forma democrática e controladas pelos próprios cooperados e, pelo voto, elegem os representantes que irão administrar a cooperativa. Cada associado tem igualdade no voto, não importando se alguns detenham mais cotas do que outros.

c. Participações econômicas dos membros

Cada membro contribui de forma igualitária na formação do capital, e o controle é realizado através da gestão democrática, em assembléia. Os recursos que excedem são utilizados no desenvolvimento da cooperativa na formação de reservas, entre os cooperados, ou em apoio a atividades previamente aprovadas em assembléia.

d. Autonomia e independência

As cooperativas são entidades autônomas, de ajuda mútua entre as cooperados. Quando são firmados acordos com outras organizações, tanto cooperativas como de capital externo, deve-se resguardar o controle democrático dos membros e a autonomia da cooperativa.

e. Educação, formação e informação

A cooperativa deve proporcionar aos seus cooperados educação e treinamento, para que, com isso, haja um aperfeiçoamento na mão-de-obra, o que acarretará, além do desenvolvimento da cooperativa, a divulgação das vantagens e benefícios do cooperativismo junto à sociedade.

f. Cooperação entre os cooperados

Para o fortalecimento do cooperativismo, é importante que haja divulgação de informações, produtos e serviços, viabilizando o setor como atividade sócio-econômica. Por outro lado, organizadas em entidades representativas, formadas

para contribuir no seu desenvolvimento, determinam avanços e conquistas para o cooperativismo.

g. Interesse pela comunidade

As cooperativas, através das políticas aprovadas pelos seus cooperados, devem atuar de forma a garantir a sustentabilidade da comunidade em que estão inseridas. A preservação do meio ambiente e o interesse pelas questões sociais que afligem a sociedade devem ser preocupações permanentes das cooperativas.

3 O COOPERATIVISMO NO BRASIL

3.1 O SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

Segundo Pinho (1982), o surgimento do cooperativismo no Brasil se deu no século XIX, mais precisamente na década de 1880, quando começaram a aparecer pessoas interessadas pelas questões sociais, como, por exemplo, a desigualdade econômica da sociedade, além de estarem preocupados com a necessidade de organização dos trabalhadores, sobretudo, após a falta de organização e entendimento nas relações entre os patrões e os empregados, decorrente da abolição da escravidão. Desde essa época, o cooperativismo passou a ser considerado como umas das maneiras para a solução dos problemas econômicos e sociais de determinados grupos de indivíduos. A partir desse momento, no Brasil, o cooperativismo passou a ter como responsabilidade diminuir os conflitos gerados, pela relação entre patrões e empregados, que tinham suas origens a partir das crises geradas pelo modelo econômico utilizado.

Um ponto importante que precisa ser ressaltado é que as primeiras cooperativas criadas no Brasil traziam interesses adversos, ora eram criadas por interesses de trabalhadores, ora pelos de patrões. Para Maurer Júnior (1966) um exemplo a ser citado sobre o interesse patronal é o caso da Cooperativa de Camaragibe, em Pernambuco, que foi criada por interesse do proprietário de uma fábrica, cujos trabalhadores, além de serem cooperados se tornaram proprietários.

Outro momento citado por Maurer Junior (1966) foi em 1902 quando iniciou o autêntico cooperativismo brasileiro, com a criação da Caixa Rural, em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. A Cooperativa Internacional da Lapa, também foi o destaque entre as cooperativas criadas, pois dentre muitas cooperativas criadas naquela época, essa foi importada por um grupo de imigrantes ingleses que trabalhavam na São Paulo Railway que, depois, se transformou na Companhia Ferroviária Santos - Jundiaí, também conhecida como Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Esta cooperativa foi a primeira inspirada no movimento cooperativista inglês, ou seja, advinda exclusivamente da classe trabalhadora. Para Maurer Júnior (1966) a criação dessa cooperativa foi um fato digno de nota, porque embora nascida entre representantes de uma classe mais alta, ela foi a primeira cooperativa verdadeiramente popular.

O crescimento e desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, contou com a participação quase sempre ativa do Estado. E com esse apoio o cooperativismo cresceu e se evoluiu no legislativo, sendo aparadas por Leis e Decretos.

3.2. O COOPERATIVISMO E SUA EVOLUÇÃO NO LEGISLATIVO

O cooperativismo brasileiro teve sua evolução acompanhada pela evolução da legislação, com a criação de Leis e Decretos no decorrer deste processo que apoiavam a prática do cooperativismo e aparavam os cooperados e proprietários de cooperativas. Segundo Igor Matos (2005), o ano de 1903 é considerado o ano de referência legislativa, pois foi nesse ano que ocorreu a primeira menção judiciária de cooperativas no Brasil, pelo Decreto 979, cujo trecho é mencionado abaixo.

“Artigo 10: A função dos sindicatos nos casos de organização de caixas rurais de crédito agrícola e de cooperativa de produção ou de consumo, de sociedade de seguros, assistência, etc., não implica responsabilidade direta dos mesmos nas transações, nem dos bens nela empregados. Ficam sujeitos ao disposto no nº. 8, sendo a liquidação de tais organizações regida pela lei comum das sociedades civis”.

Em 1907, o Decreto 1.637 instituiu formas e normas para constituição das cooperativas, criando os sindicatos profissionais, estabelecendo então, os tipos de cooperativas como, por exemplo: anônimas, em nome coletivo ou em comandita.

Finalmente, em 1932, criou-se o Decreto n°. 22.239, que foi o marco legislativo do cooperativismo no Brasil, pois foi através desse decreto que se se instala legalmente no Brasil o cooperativismo rochdaleano, dando formalização legal às cooperativas e às suas práticas cooperativistas. Este Decreto reafirmou vários itens que são respeitados até hoje, tais como: singularidade de votos, faculdade de agregação de cooperativas mediante federalização e variabilidade do capital social (Pinho, 1982).

Este Decreto foi alterado em 1938 quando foram incluídos novos requisitos e dispositivos, o que complementou as normas cooperativistas, tendo como destaque o advento da fiscalização estatal. Em 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) através da unificação da União Nacional das Associações Cooperativistas (UNASCO) e da Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP). Depois, na evolução legal do cooperativismo, esta entidade, em 1971, seria representante do sistema cooperativista brasileiro e órgão técnico-consultivo do governo.

Finalmente, em 16 de Dezembro de 1971, foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República a Lei n°. 5.764 que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime solidário das sociedades cooperativas e outras providências, estabelecida como o “estatuto do cooperativismo” sendo a legislação vigente até hoje no Brasil. Está disposto no Capítulo 1 desta Lei:

Da Política Nacional de Cooperativismo

Art. 1º Compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional serão exercidas na forma desta Lei e das normas que surgirem em sua decorrência.

Parágrafo único. A ação do Poder Público se exercerá, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas.

Apesar de muitas cooperativas seguirem a legislação anterior, o Decreto 5.764/71 oferece maior flexibilidade às mudanças e modernização estrutural das

cooperativas brasileiras, possibilitando sua atuação como empresas modernas e dinâmicas.

3.3. COOPERATIVISMO BRASILEIRO E SEUS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS

Para facilitar a vida dos cooperativistas a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) criou alguns princípios cooperativistas a serem seguidos. Esses princípios serviriam como uma linha orientadora através das quais as cooperativas colocariam os seus valores em prática. Eis os princípios:

Princípio Cooperativista nº 1 – Adesão voluntária e livre

As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

Princípio Cooperativista nº 2 – Gestão democrática e livre

As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

Princípio Cooperativista nº 3 – Participação econômica dos membros

Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:

1. Desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível.
2. Benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa.
3. Apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

Princípio Cooperativista nº 4 – Autonomia e independência

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

Princípio Cooperativista nº 5 – Educação, formação e informação

As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que

estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

Princípio Cooperativista nº 6 – Intercooperação

As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Princípio Cooperativista nº 7 – Interesse pela comunidade

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Alguns desses princípios, por apresentarem, em sua essência, objetivos socialistas, tiveram a necessidade de serem modificados ou abandonados ao longo do tempo, para se adequarem às mudanças capitalistas. Existem princípios polêmicos, que vêm sofrendo com críticas rígidas e pressões para que sejam mudadas na tentativa de impor uma igualdade dentro das cooperativas, buscando eficácia interna e externa para alcançarem maior competitividade em relação às empresas não cooperativas conforme destacado por Zylbersztajn (1994: p.24).

Além da adaptação de alguns princípios, os valores também são levados em consideração para o cumprimento dos Princípios Cooperativistas, como por exemplo, de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, eqüidade e solidariedade. Esses valores orientam as práticas cooperativistas deste tipo de sociedades em seu funcionamento.

As cooperativas que não atuam conforme as regras e os padrões de funcionamento impostos pelos princípios cooperativistas, acabam fazendo o uso incorreto do instituído pelo cooperativismo e sendo prejudicado, como por exemplo, deixar de obter vantagens competitivas no mercado, reduzir os encargos pagos ao governo, diminuir vínculos trabalhistas, obter redução de carga tributária, além de muitos outros benefícios obtidos por fazer parte do movimento cooperativista, caracterizado como uma iniciativa social em contexto geral.

O cooperativismo tenta possibilitar que milhares de brasileiros possam ser mais felizes. Por tudo que realiza, acredita-se que o cooperativismo precisa receber das nossas autoridades o tratamento adequado e de estímulo, pelo que é, pelo que faz e pelo que representa em termos de valorização das pessoas.

Ao estudar a história do cooperativismo, percebemos quão grande é sua evolução e sua importância para as pessoas poderem se desenvolver em suas funções. A cooperativa como uma empresa que presta serviços de forma individual aos seus cooperados, torna possível a realização de objetivos, mas em uma proporção que atenda o maior número de pessoas possíveis.

4 UNIMED: UMA COOPERATIVA EM PROL DA SAÚDE

4.1 COMO SURTIU A UNIMED

A cooperativa UNIMED teve seu marco inicial com o surgimento da Unimed Santos, em São Paulo no dia 18 de dezembro de 1967, e com o passar do tempo, começou a se destacar, apresentando uma estrutura sólida no setor de saúde.

O sucesso da Unimed santista fez com que alguns médicos, de diversas partes do Brasil se sentissem incentivados a se organizarem, seguindo o modelo de cooperativa.

O cooperativismo de trabalho médico fundou a primeira Unimed do Brasil, através da liderança e do pioneirismo do médico Edmundo Castilho. A iniciativa de criação da primeira cooperativa de trabalho médico (UNIMED) foi uma em reação a mercantilização da medicina, que na época era impedido de exercer com liberdade a medicina, pois os médicos não tinham a liberdade de exercerem suas funções e realizar exames. “Os médicos associados, sendo os proprietários, receberiam a justa remuneração por seu trabalho em troca de um alto padrão de atendimento aos usuários” (Akamine, 1997 p.37).

O surgimento de certos modelos de cooperativas, especialmente no setor de trabalho, era visto com grande descrédito, sendo o cooperativismo médico analisado com certa desconfiança, e considerado uma invenção ambiciosa de um pequeno grupo de médico. Ao ser concebido para permitir que o médico se organizasse e exercesse com dignidade sua profissão, o cooperativismo médico enfrentou grandes entraves burocráticos e diversos questionamentos, pois quando a Unimed foi criando

a lei vigente ainda era o decreto nº22, 239 e não a lei nº5,764 que definiu a Política Nacional do cooperativismo, que institui o regime solidário das sociedades cooperativista e criou o “estatuto do cooperativismo” fazendo com que as cooperativas tivessem mais flexibilidade às mudanças e modernização. Aceito pela sua seriedade e credibilidade, o cooperativismo médico expandiu-se por todo o Brasil.

Em 1969 vários médicos de várias cidades paulistas vão à cidade de Santos, interessados na experiência pioneira da Unimed. Alguns meses mais tarde mais de 30 Unimed são fundadas no estado de São Paulo.

Segundo Castilho a este respeito, afirma que:

“É importante salientar que a Unimed Santos foi procurada pela classe médica de Campinas, São Jose dos Campos e Piracicaba por estarem ameaçadas pelo global necessitarem de nossa orientação para a criação de organizações congêneres em suas cidades, única maneira que poderia evitar o domínio dos seus mercados de trabalho pelas organizações de medicina de grupo. Prestamos todo auxílio possível a estas cidades e mais ainda, á Associação Médica de Minas Gerais, que baseada em nosso planejamento e adequado os índices às peculiaridades mineiras, criou a Med-Minas, Sociedade Cooperativa cópia da Unimed Santos.

A associação Paulista de Medicina convocou todas as regionais e em memorável reunião a classe médica paulista aceitou a recomendação do conselho do Deliberativo da Associação Médica Brasileira e constituiu-se uma comissão Especial composta pelos representantes das Unimed já existentes - Santos, Campinas, São Jose e Piracicaba- cabendo a presidência ao representante de Santos, com a finalidade de visitar de visitar todas as regionais visando esclarecer e orientar a criação de cooperativas tipo Unimed, resultado deste trabalho a constituição de 35 cooperativas em todo o Estado de São Paulo”(Castilho Apud Carneiro 1972,p. 142)

O mútuo-apoio, que é uma das bases do cooperativismo, está presente nas práticas de intercâmbio, que é uma forma de relacionamento existente entre as cooperativas, a Unimed de cada cidade é distinta, cada uma tem sua estrutura desvinculada da outra, sendo assim esse mútuo-apoio iniciou-se pelo atendimento a usuários de uma cooperativa Unimed por outra unidade, sendo o início das trocas de negócio entre as cooperativas.

Na década de 70, surgem as Federações Unimed, constituídas por no mínimo três singulares, conhecida como cooperativa de segundo grau. Com o objetivo de padronizar os procedimentos operacionais e estimular a troca de experiências entre as Unimeds. Nesta mesma década é criada a Unimed do Brasil, confederação Nacional das cooperativas Médicas, que reúne todas as Unimeds do País.

Em uma década de existência a marca Unimed já contava com mais de 60 cooperativas espalhadas pelo País. Na década 80 há a consolidação e crescimento acelerado da cooperativa. Cerca de 100 novas cooperativas são fundadas.

Nos anos de 1990 a Unimed investe em campanhas institucionais e conquista a liderança e o reconhecimento no setor de saúde do Brasil. Ao mesmo tempo, intensifica os contatos internacionais em função da procura crescente, em muitos países, de novos modelos para a saúde. No ano de 1994 a Unimed conquista o primeiro lugar na pesquisa *Top of Mind* realizada pelo Datafolha, como a empresa de assistência médica mais lembrada pelos brasileiros, deste de então ganhando todos os anos este prêmio.

Para o diretor de Marketing e Desenvolvimento da Unimed do Brasil e presidente da Fundação Unimed, Almir Adir Gentil, a Unimed está tendo uma oportunidade única de aprimoramento de conduta como uma empresa socialmente responsável. Seguindo os Princípios Cooperativistas, a proposta da empresa é contribuir cada vez mais com o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira, onde o amadurecimento dos processos tem sido fundamental.

E, baseando-se nos Princípios Cooperativistas, de acordo com sua página na internet, a Unimed se adapta a cada um da seguinte forma:

1º Princípio: Livre adesão

Isso quer dizer que a cooperativa é aberta a todos que estejam aptos a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sendo-lhes garantido o direito de se desligar quando desejarem.

2º Princípio: Gestão Democrática

O segundo princípio é a Gestão Democrática: os cooperados são os donos da cooperativa e têm o poder de, em assembléia, discutir e votar as metas do trabalho conjunto, bem como de eleger os representantes que irão administrar a sociedade.

Por isso mesmo as Unimed promovem as Assembléias Gerais Ordinárias (AGOs) e as Assembléias Gerais Extraordinárias (AGEs). Por serem sócios igualitários, cada associado representa um voto nas propostas sugeridas nas reuniões.

3º e 4º Princípios

O terceiro princípio do cooperativismo é a Participação Econômica dos Membros. Todo cooperado contribui igualmente para a formação do capital. Da mesma forma que ele colabora, recebe parte dos rendimentos.

Outro ideal pregado pela filosofia cooperativista é a Independência e Autonomia, ou seja, as cooperativas são organizações autônomas. Cada Unimed possui seu próprio estatuto e independência para gerir seus lucros e administrar o negócio.

Já aquilo que é de interesse comum pode ser debatido em grupos específicos, como a Comissão Institucional Unimed (CIU), formada por dirigentes médicos e profissionais de marketing e comunicação de cooperativas de diversas regiões do país.

As responsabilidades da CIU englobam desde a deliberação de recursos até o desenvolvimento e controle dos resultados das ações institucionais, que envolvem: padronização visual, campanhas publicitárias, pesquisas de mercado, anúncios de oportunidade, ações na Internet, Marketing Esportivo, publicações em veículos de comunicação, assessoria de imprensa, política de Responsabilidade Social e outras ações capazes de divulgar, expandir e preservar a marca Unimed em nível nacional.

5º Princípio

O quinto princípio cooperativista se refere à Educação, Formação e Informação. O intuito é oferecer formação aos cooperados, além de informá-los das vantagens e acontecimentos ligados ao cooperativismo. Na Unimed, este princípio é

muito bem aplicado por meio da Fundação Unimed e da Agência Unimed de Notícias.

A Fundação Unimed tem duas áreas de atividade: Gestão do Conhecimento e Responsabilidade Social. A instituição promove cursos de pós-graduação, além de pequenos treinamentos que podem ser feitos on-line. Qualquer colaborador pode fazer e se engana quem acha que são apenas na área de saúde. No site é possível aprender sobre gestão, vendas, marketing, jurídico, entre outros.

Já a Agência Unimed de Notícias é o canal disponibilizado pela Unimed do Brasil no site www.unimed.com.br para manter informados os públicos externo (comunidade em geral e formadores de opinião) e interno (colaboradores, dirigentes, assessores de imprensa e cooperados). O espaço disponibiliza diariamente notícias das cooperativas, bem como clipping, manuais de comunicação e boletins impressos e eletrônicos veiculados pela Unimed do Brasil.

6º e 7º Princípios

Intercooperação: parte essencial do cooperativismo

O penúltimo princípio cooperativista diz respeito à Intercooperação. O intercâmbio de informações, produtos e serviços entre as cooperativas viabiliza o fortalecimento do setor como atividade sócio-econômica.

Para facilitar o acesso às informações da área, a Confederação criou um Manual de Intercâmbio Nacional, que documentou suas regras, definidas de acordo com a legislação relacionada aos planos de saúde. .

O sétimo e último princípio cooperativista trata do interesse pela comunidade. A cooperativa deve trabalhar para o bem-estar e o desenvolvimento sustentado da sociedade por meio de programas sócio-culturais.

Para comprovar a aplicação deste princípio, números não faltam. O Selo de Responsabilidade Social Unimed certificou nada menos que 154 cooperativas só em 2006.

No Balanço Social Consolidado de 2005, as 174 cooperativas participantes investiram um total de meio bilhão de reais em ações sociais.

A Unimed tem alguns projetos sociais, como por exemplo:

Creche Amigos do Caminho: Presta assistência a crianças com idade entre 11 anos e 6 meses. Promovendo a doação de uniformes, contribuindo mensalmente para manutenção das atividades da entidade e os médicos cooperados realizam consultas gratuitas.

Lar Espírita Manoel Pessoa de Campos: Creche que atende crianças com idade até 7 anos – do berçário a alfabetização. Doando também uniformes.

ONG Recicla Três Rios: A parceria com a ONG Recicla Três Rios beneficia dezenas de pessoas. Atuando na colaboração financeira, divulgação e educação sobre a necessidade e importância da coleta seletiva de lixo.

Prevenção à Saúde do Trabalhador: Promove palestras e campanhas preventivas nas empresas da região, com intuito de educar e divulgar as novidades no setor.

Projeto Três Rios Dançante: Desenvolve junto à renomada Escola de Dança Maria Emília um projeto de inclusão social direcionado a crianças carentes da periferia. Essas crianças são avaliadas anualmente pela *Royal Academy of Dance*, sendo algumas premiadas e merecendo destaque.

Projeto Gestante: Encontros periódicos de orientação e apoio as futuras mães e aos pais dos bebês. O projeto conta com a colaboração de uma equipe voluntária de médicos da cooperativa.

Esporte: A Unimed reconhece a importância do esporte e apoia os atletas da região, fortalecendo a marca.

Informações e Prevenções: Nos dias de carnaval, promove na região Centro Sul campanha para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis com material informativo e distribuição de preservativos para os foliões.

UniTarde Feliz: No auditório da Unimed Três Rios realiza-se periodicamente o “UniTarde Feliz”, em que crianças de escolas públicas próximas à sede administrativa assistem a vídeos institucionais e educativos e são agraciadas com um lanche.

Saúde: Em datas comemorativas relacionadas à saúde, praticamos em praças públicas ações juntamente com outras entidades, como aferição de pressão

arterial, dosagem de glicose, educação no auto-exame para prevenção do câncer de mama etc.

4.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIMED

O Sistema Cooperativo Unimed é formado por todas as Unimeds do País e várias empresas criadas para oferecer suporte a elas, e com isso possibilitar um melhor atendimento aos clientes e a qualidade que é a marca da Unimed, nunca esquecendo os ideais do cooperativismo, foram criadas um cooperativa de crédito, uma de usuários e uma fundação são elas:

- Cooperativas de Trabalho Médico - Unimeds
- Cooperativas de Usuários - Usimeds
- Cooperativas de Crédito - Unicreds
- Fundação Unimed

Hoje, segundo o site da empresa, o Sistema Unimed é composto por mais de 370 cooperativas médicas, entre Singulares, Federações e Confederação. As Unimeds locais, que atuam no âmbito dos municípios, são denominadas Unimeds Singulares.

As Unimeds Singulares de um mesmo Estado organizam-se em Federações Estaduais. As Federações, por sua vez, reúnem-se em uma Confederação Nacional, a Unimed do Brasil.

A Unimed do Brasil é hoje a maior cooperativista na área de saúde em todo o mundo e também é líder no mercado brasileiro de assistência médica suplementar. Conta com 11,9 milhões de clientes divididos em 75% do território nacional e cerca de 70 mil empresas em todo País tem o plano de saúde da Unimed

A Unimed possui mais de 98 mil médicos cooperados, 3.596 hospitais credenciados, além de pronto-atendimentos, laboratórios, ambulâncias e hospitais próprios e credenciados. A Unimed detém 36,59% do mercado nacional de planos de saúde.

Figura 1: Números de Unimedspalhadas pelo País



Fontes: Sistema de informações de clientes -ANS /MS -3/2008 e população - IBGE/DATASUS/2006

4.3 O COMPLEXO UNIMED

Complexo Multicooperativo e Empresarial Unimed é o conjunto de cooperativas e empresas que se formaram em torno do cooperativismo “unimediano”. A palavra “Complexo” justifica-se porque a estrutura da nova organização foge aos parâmetros das demais organizações cooperativas e reúne vários tipos de cooperativas e organizações de outra natureza. A denominação de Multicooperativismo traduz a reunião de cooperativas de tipos diferentes na

organização, pois nela estão integradas cooperativas de trabalho médico (as UNIMEDS), cooperativas de crédito (as UNICREDES) e cooperativas de consumo de serviços médicos (as USIMEDS).

A expressão empresarial designa a existência no complexo, de instituições não-cooperativas, representadas por empresas de capital objetivando o lucro (a UNIMED Participações, a UNIMED Seguradora, a UNIMED Administração e Serviços, a UNIMED Corretora de Seguros) ao lado de outra organização sem fins lucrativos (a Fundação Centro de Estudos UNIMED).

O Complexo Unimed, sendo uma instituição virtual, não tem direção formal, sede, patrimônio, capital e as demais características de uma instituição real. Produz, no entanto, efeitos reais, resultado de uma intenção integradora, a partir de sua Assembléia Constituinte e das reuniões do seu Fórum de decisões.

O complexo Unimed formou-se naturalmente, a partir da identificação de que as cooperativas, limitadas pela legislação, não podiam desempenhar certas tarefas que são necessárias para o seu desenvolvimento e serviços que devem prestar aos cooperados. Hoje essas tarefas ou funções estão definidas e atribuídas a cada setor do complexo. No esquema, os setores estão divididos em quatro grupos, atividades fins, atividades meios, atividades complementares e atividades suplementares.

As atividades fins são as que caracterizam o serviço direto ao cooperado, a principal delas e a abertura de novas oportunidades de trabalho para o quadro social da cooperativa. Basicamente, resume-se na contratação dos planos de saúde das cooperativas por empresas ou pessoas físicas.

Atividades meios são as que adquirem força pela sinergia da execução coletiva das cooperativas, sendo reservadas às cooperativas do segundo e terceiro grau. São exemplos, a representação política e comercial, a cobertura jurídica para a defesa do sistema, a coordenação das operações como intercâmbio e o fornecimento de serviços especializados, como auditoria.

Atividades complementares são as tarefas passíveis de execução por intermédio de cooperativas, desde que especializadas, tais como a economia e o crédito, razão de criação das UNICREDES ou serviços aos usuários que não estão contemplados nos planos de saúde justificando a existência das Usimeds.

Atividades suplementares compreendem atividades só executáveis por empresas de capital. É o caso do seguro, no Brasil, reservado a atividades anônimas, e não as cooperativas de seguros como ocorrem em outros países, justificando a existência da Unimed Seguradora. De forma igual explica-se a existência da Unimed Corretora, porque a venda de seguros, por nossa legislação é privilégio das empresas que exercem esse tipo de atividade. Inclui-se também, no grupo, empresas prestadoras de serviços ao complexo, como forma de economia de escala e racionalização de processo, justificando assim a existência da Unimed Administração e serviço. Deve-se considerar que o Sistema, para investimentos em Companhias não-cooperativas, necessita garantir seu controle, razão pela qual exista a Unimed Participações, detentora do capital votante das empresas que fazem parte do complexo de empresas da Unimed e não são cooperativas. Estas empresas uma vez consolidadas tem o papel de gerar recursos e suprir assim as necessidades de investimento do Complexo.

Introduz assim na doutrina cooperativista o Princípio da Subsidiariedade, no qual as cooperativas de graus superiores não têm a mesmas funções das de graus inferiores, e quando algum procedimento ou negócio privativo de um grau é executado por outro, isso ocorre por legação expressa da primeira. Outro princípio adotado pelas cooperativas do complexo é o Princípio da Unicidade, que alguns autores denominam também de princípio do Regionalismo, segundo o qual não se criam cooperativas com as siglas Unimed, Unicred, Usimed do mesmo grau com áreas de ação superpostas, uma Unimed não pode atuar na área de outra Unimed. Esta atitude tem a vantagem de evitar a competição entre as cooperativas, racionalizar os recursos e é responsável pelo aparecimento de cooperativas cobrindo a maior parte dos municípios brasileiros.

A estratégia de integração desenvolvida pelo complexo e a distribuição de atribuições entre seus componentes exigiram a criação de instrumento apropriado para regular a atuação harmônica de seus integrantes, que recebeu o nome de Constituição Unimed, que tem como objetivo básico ser um pacto no qual cada cooperativa ou instituição do complexo tem a liberdade de aderir espontaneamente. A constituição foi elaborada, com a participação de representantes dos três tipos de cooperativas integrantes do complexo, no processo que resultou com a Assembléia

Nacional Constituinte Unimed, realizada na convenção da Unimed em Salvador (1994).

4.4 OS SISTEMAS COOPERATIVOS NO COMPLEXO

4.4.1 O SISTEMA UNIMED

As Unimeds são cooperativas de trabalho médico, formados exclusivamente por médicos. Elas foram fundadas para fornecer oportunidades de trabalho a seus cooperados, seguindo aos princípios da ética médica, para combater a mercantilização da medicina e para proporcionar assistência médica de alto nível a seus clientes, de maneira individualizada, com atendimento em consultório, hospitais, clínicas.

4.4.2 O SISTEMA UNICRED

As UNICREDS são cooperativas de crédito mútuo, que tem sua organização junto a cada unidade da Unimed, teve sua primeira unidade criada há 20 anos, no Rio Grande do Sul, e é uma cooperativa onde somente médicos e cooperados podem fazer uso.

Todos os recursos gerados pelas Unicreds são utilizados em prol do cooperativismo e seus cooperados, e não para ajudar outras instituições financeiras não cooperativistas. Os recursos reciclados são gerados pelas Unimeds e os de seus associados. Os recursos aplicados ou gerados pelas Unicreds financiam, a custos favoráveis, os cooperados e as instituições do sistema.

Por ser uma instituição financeira, segue as normas e diretrizes elaboradas pelo Banco Central do Brasil. Por não ter fins lucrativos, praticam-se taxas de juros bem abaixo do mercado, e com bem menos burocracia, já que são os donos que utilizam o serviço. Além disso, como é uma sociedade sem fins lucrativos, não corre o risco de entrar em falência.

4.4.3 AS USIMEDS

As Usimeds são cooperativas de consumidores de assistência médica, vinculada a uma Unimed, e cujos sócios são os usuários da Unimed patrocinadora da Usimed. A Usimed busca facilitar o tratamento e promover a saúde dos usuários Unimed através do fornecimento de medicamentos a baixo custo, apoio aos médicos cooperados e ações de saúde preventivas e educacionais. Para isso, a cooperativa mantém farmácias, onde medicamentos são adquiridos a preço bem mais baixo que o de mercado e fornecem próteses, orteses e outros materiais e instrumentos necessários aos pacientes

4.5 O SISTEMA EMPRESARIAL

O Sistema Unimed mantém sob o seu controle empresas não-cooperativas, a partir da identificação de que seu sistema Multicooperativo não podia cobrir certas atividades essenciais para a sua atuação, por força da legislação vigente. Outros motivos que justificam a existência dessas instituições são a necessidade de ocupação de espaços no atual mercado competitivo, usando-se, para isso, instituições suficientemente ágeis para enfrentar a concorrência, e criando mecanismos de capitalização do complexo. Ao se definir pela criação de empresas não-cooperativas vinculadas e sob o seu controle, o complexo unimediano formulou princípios orientados da formação das estruturas empresariais, garantindo que elas se mantivessem exclusivamente a seu serviço. Os princípios são os seguintes:

I – O Sistema Unimed deve ter a maioria do capital votante para assegurar o controle das empresas;

II – No caso de instituição organizada sob a forma de sociedade anônima é admissível a participação acionária de médicos cooperados ou de outras instituições fora do Complexo, desde que subscrevam ações preferenciais (sem o direito de voto);

III – Toda empresa criada deve estar a serviço do Complexo, constituindo-se em instituição meio e não em instituição fim por si mesmo;

IV- A direção de cada empresa será exercida pelo diretor da Unimed do Brasil, á qual se vincula a atividade principal da instituição;

V – Nenhum diretor da Unimed do Brasil pode acumular, com sua função na Diretoria da Confederação, mais de um cargo remunerado no Sistema Empresarial;

VI – O processo decisório nas empresas, sempre que a legislação permitir obedecerá ao princípio cooperativista da singularidade do voto.

4.5.1 UNIMED PARTICIPAÇÕES LTDA

A Unimed Participações Ltda. é a empresa criada com a função de investir e controlar as demais empresas de capital do Sistema. É uma sociedade por quotas, e seus quotistas são as cooperativas médicas e as cooperativas de crédito. Ela foi estruturada de forma original, modelo inovador que contribuiu para o aperfeiçoamento doutrina cooperativista. Embora seja uma empresa de capital, a Unimed Participações é uma instituição intermediária entre o capitalismo e o cooperativismo, atuando como interface entre os dois modelos institucionais. Tem um caráter inovador presente em três características básicas, duas delas de cunho cooperativista a terceira de cunho capitalista. A primeira característica cooperativista é que a Unimed Participações segue o princípio cooperativista da livre adesão, permanecendo aberta ao ingresso das cooperativas que ainda não integram ou que venham a ser fundadas no futuro. A outra característica cooperativista é seguir o princípio cooperativista da singularidade do voto, isto é, cada cooperativa quotista tem o direito a um voto, independentemente do capital aplicado na empresa, assegurando-se assim a decisão democrática nas assembleias da empresa e impedindo que as cooperativas de maiores recursos dominem as de menor expressão econômico-financeira. A característica capitalista da empresa é o fato de que sendo ela uma empresa de capital seu lucro é distribuído entre as quotistas na produção do capital que cada um empregou na Unimed Participações.

A Unimed Participações controla a Unimed Seguradora e a Unimed Administração e Serviços, ditando as políticas administrativas e negociais e preenchendo os cargos diretivos de ambas.

4.5.2 UNIMED SEGURADORA S.A.

A Unimed Seguradora foi organizada sob a forma de sociedade anônima porque a legislação brasileira não admite a existência de cooperativa de seguro, como acontece em outros países. A criação da companhia aconteceu para completar as atividades das cooperativas, atuando em negócios que elas são impedidas de realizar por força da legislação, como é o caso do seguro de vida, previdência e seguro saúde, produtos privativos das companhias de seguros. Além disso, a Unimed Seguradora, possui instrumentos complexos no campo da tecnologia, dos recursos humanos e de capital, para enfrentar em igualdade de condições a concorrência apoiada em conglomerados financeiros e onde tais recursos são características principais. O sistema Unimed dispõe hoje de instrumentos para exercer seu papel social perante os cooperados (seguro de vida, seguro de renda temporária e planos de previdência) os planos de saúde contam com seguro de vida aos usuários e do seguro de reembolso para os segmentos diferenciados das empresas contratantes. Foi decisiva para a implantação da Unimed Seguradora e a sua viabilidade na constatação de que ela conta com um universo, no qual a colocação de seus produtos é facilitada pelos cooperados, usuários, e empresas contratantes; outro fato fundamental é que a rede de cooperativas do sistema é um excelente meio de distribuição dos produtos da Seguradora, graças a sua localização estratégica no país, tornando a distribuição eficiente e barata porque não exige investimentos e nem tempo de implantação.

Hoje a Unimed Seguradora atende mais de 3,8 milhões de segurados, a Unimed Seguros atua nos ramos Vida, Saúde e Previdência Privada. Desde 1989, ano de sua fundação tem o objetivo de atender a demandas do Sistema Unimed, formado pelas 364 cooperativas, 100 mil médicos cooperados e 12 milhões de clientes em todo o Brasil. Tem uma carteira de 3,8 milhões de segurados e esta entre as maiores empresas do setor.

4.5.3 UNIMED ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

A Unimed Administradora e Serviços Ltda. é destinada a prestar serviços ao Complexo, em especial a Unimed do Brasil e as empresas controladas. Foi criada para racionalizar processos e produzir economia de escala, eliminando estruturas de mesma natureza existentes nas diversas unidades do Complexo. Antes da criação da empresa, havia um sistema de contabilidades distintas para a confederação, Seguradora, Corretora e Unimed Participações, o mesmo acontecendo com outros setores, como controladoria, Recursos Humanos entre outros. A Unimed Administração e Serviços esta sob o controle da Unimed Participações.

4.5.4 UNIMED CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

Esta é uma corretora de seguros com a missão de colocar os produtos da Seguradora no mercado e atuar como intermediária em outros seguros não operados pela Unimed Seguradora. Ela não tem exclusividade na comercialização dos seguros da seguradora, operando somente nas localidades onde existe a possibilidade de transferência dessa tarefa para corretoras da região. Noventa e nove por cento do capital da Corretora são propriedade da Unimed do Brasil e um por cento, de propriedade de um corretor de seguros habilitado, segundo determina a legislação. A Unimed Participações não pode controlar a Corretora porque a lei proíbe que o controlador de seguradora participe como sócio de uma corretora.

4.5.5 FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS UNIMED (CEU)

O Centro de Estudos Unimed foi criado em fevereiro de 1995. Trata-se de uma fundação do tipo educacional, sem fins lucrativos, dedicada a divulgação do cooperativismo em geral e do Complexo Unimed em particular. Atua como centro de irradiação do ensino do cooperativismo e da divulgação da doutrina cooperativista, servindo de ponto de apoio para os comitês Educativos das cooperativas. Seu papel

também é o de centralizar acervos e talentos, fazer pesquisas formar educadores e treinar dirigentes e funcionários do Complexo.

O CEU é uma instituição sem capital, mas com patrimônio vindos de doações públicas ou privadas e, principalmente de contribuições das entidades do Complexo. Além dessas fontes de receita, o CEU conta com resultado de suas próprias atividades.

5 CONCLUSÃO

Como foi visto neste trabalho, o cooperativismo que surgiu na Inglaterra, foi adotado pelo Brasil alguns anos depois e se expandiu, porém as suas normas e princípios pouco mudaram desde de sua criação.

A Unimed em mais de quarenta anos de fundação na cidade de Santos cresceu e se tornou a maior cooperativa médica do Brasil, com mais de 370 singulares, criou um complexo multicooperativo, do qual fazem parte empresas cooperativas e não para poder dar suporte a Unimed.

As cooperativas trabalham baseadas em princípios doutrinários que precisam ser respeitados e seguidos. Ao cuidar do ser humano em seus diversos aspectos, buscando sua emancipação e dignificação, os ideais cooperativistas podem fazer algo a mais pelos seus colaboradores, impedindo, ou ao menos, reduzindo, a exploração do homem pelo homem.

As cooperativas brasileiras são baseadas em Leis e Decretos que amparam os cooperados. Segundo essa legislação existem princípios a serem seguidos. A Unimed, a cooperativa de médicos, criada para trabalhar em prol da saúde, em muitos aspectos, apresenta características da doutrina cooperativista. Dentre outros, destacam-se: a gestão democrática, em que o associado vale por si mesmo, independentemente do capital aportado; a adesão livre, pela qual ninguém pode ser impedido a nela ingressar; o princípio da dupla qualidade, que põe às claras o papel desempenhado pela sociedade cooperativa, como empresa de serviços, destinada exclusivamente a atender às necessidades de seus associados; o do retorno, pelo qual a cooperativa distribui de forma igual qualquer sobra apurada em suas operações, sem qualquer distinção em razão do capital, mas, em função exclusivamente do montante operacional de cada associado.

6 BIBLIOGRAFIA

CARNEIRO, Palmyos P. – **Cooperativismo: O princípio cooperativo e força existencial - social do trabalho** – Belo Horizonte, FUNDEC 1981.

COOPERCAMPOS - **Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos Ltda.** Disponível em: www.copercampos.com.br. Acesso em: Mar/2008.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**, 2ªed. Global Ed., 1985.

ESTATÍSTICAS DE UNIDADES DA UNIMED NO PAÍS. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> > Arquivo consultado em 02/ 2010.

GRÁFICOS COM CRESCIMENTO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL. Disponível em < <http://www.inscoop.pt>> Arquivo consultado em 03/ 2010.

HISTÓRIA DA UNIMED. Disponível em <<http://www.unimed.com.br>> Arquivo consultado em 02/2010.

MATOS, Igor Loureiro de. **Noções básicas de direito cooperativo**. Março / 2005. Salvador: Apostila, 2005.

MAURER JUNIOR, Theodoro M. **O cooperativismo: uma economia humana**. São Paulo: Ed. Pioneira-Methodista, 1966.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Disponível em < <http://www.ocb.gov.br> > Arquivo consultado em 09/2009

PINHO, D. B. – **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo, CNPq. 1982.

SILVA NETO, P. Q. et al. **Cooperativismo como organismo equalizador da renda**. In: EGEPE - ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 1., 2000, Maringá. Anais... Maringá: UEM/UEL, 2000,

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo. 2002.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa** Vol. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

VALADARES, J. H. **Apostila “Moderna Administração em Cooperativas”**, do Curso MBA em Gestão Empresarial de Cooperativas Médicas. 2005

ZYLBERZTAJN, D. (1994) - **Cooperativismo – economia de empresas e estratégias**. In: *Perspectiva econômica*. São Leopoldo, v. 29, n.84.